

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.158 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 13 DE SETEMBRO DE 2000

ACM encaminhará a autoridades requerimentos de quebra de sigilo

Por meio dos documentos, senadores do Bloco Oposição pretendem conhecer os dados bancários, fiscais e relativos às ligações telefônicas de ex-secretário-geral da Presidência da República, de sua esposa e de diversas empresas



Antonio Carlos, ao lado de Arruda e Agripino: decisão de encaminhar requerimentos de informação às autoridades

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, informou ontem que vai encaminhar às autoridades competentes requerimentos que solicitam quebra de sigilo telefônico, bancário e fiscal do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira, de empresas com as quais ele está relacionado e de sua esposa Lídice Coelho da Cunha Caldas. Antonio Carlos atendeu a apelo nesse sentido da líder do Bloco Oposição, senadora Heloísa Helena.

PÁGINA 9

Congresso promulga hoje emendas sobre saúde e precatórios

PÁGINA 5

PLENÁRIO PRESTA HOMENAGEM A MÁRCIA KUBITSCHKEK

Maguito Vilela, Pedro Simon, Iris Rezende, José Roberto Arruda e Antonio Carlos Magalhães falam da trajetória da ex-deputada e ex-vice-governadora do DF.

PÁGINA 12

Amir Lando, eleito relator, quer votar Orçamento até dezembro

PÁGINA 8



A Comissão de Orçamento elegeu o deputado Alberto Goldman para presidente e o senador Jonas Pinheiro para vice

CE APROVA CRIAÇÃO DE UNIVERSIDADE NO TOCANTINS

PÁGINA 6

Na reunião em que apreciou o projeto, a CE, presidida por Freitas Neto (D), recebeu o reitor da Universidade de Coimbra



Ilan Goldfajn (E), indicado para o BC, é sabatinado pela CAE, presidida por Suassuna



CAE aceita indicação para o Banco Central

PÁGINA 10

Senado inaugura portal para facilitar acesso a informações

Portal do Legislativo permitirá verificar o andamento das matérias em tramitação

O Senado Federal lança às 9h30 de hoje o Portal Legislativo. Valendo-se da estrutura de informações da Internet, o portal vai tornar disponível para os parlamentares acesso simples e rápido a todo acervo de dados legislativos da Casa, tais como tramitação de projetos, discursos proferidos, emendas ao Orçamento e funcionamento das comissões.

O portal foi desenvolvido pela equipe do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen) e tem como objetivo facilitar o trabalho dos senadores.

Ao entrar no novo ambiente, cada parlamentar poderá se conectar a uma página exclusiva com informações específicas sobre seu mandato.

A partir da pesquisa de matérias em tramitação, os senadores poderão selecionar aquelas que mais lhe interessarem e, sempre que desejarem, poderão verificar o andamento da sua tramitação, excluindo ou acrescentando novas proposições na sua lista.

As informações que abastecerão o portal serão fornecidas e atualizadas pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado.

Heloísa: resultado será divulgado às 14 horas de hoje no Auditório Nereu Ramos



Resultado do plebiscito da dívida externa vai ser conhecido hoje

A senadora Heloísa Helena (PT-AL), líder do Bloco Oposição, informou que será divulgado oficialmente hoje, às 14h no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, o resultado do Plebiscito Nacional da Dívida Externa. O plebiscito foi organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), por entidades sindicais e diversas organizações populares.

A parlamentar informou que os

integrantes do bloco oposicionista deverão estar presentes à sessão pública, seguida de coletiva à imprensa. O plebiscito foi realizado em todo território nacional entre os dias 2 e 7 deste mês.

As entidades organizadoras perguntaram à população se o governo brasileiro deveria realizar uma auditoria sobre o débito externo e se deveria manter o atual acordo com o Fundo Monetário Internacional.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 13 DE SETEMBRO DE 2000

Presidente
Antonio Carlos Magalhães

15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLS nº 263/99, altera dispositivos da Lei nº 9.491/97, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização; PLC nº 58/99, que estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas polícias militares e nos corpos de bombeiros militares; PDL nº 218/99, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Mundial para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro (RJ); Mensagem nº 117/2000, que submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães para exercer a função de embaixador do Brasil junto ao México; Mensagem nº 124/2000, que submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto ao México, exercer a de embaixador do Brasil junto a Belize; Mensagem nº 121/2000, que submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Ricardo Luiz Viana de Carvalho para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue, exercer a de embaixador do Brasil junto à República do Malauí; e Parecer nº 840/2000, que submete à deliberação do Senado o nome do general-de-Exército Expedito Hermes Rego Miranda, para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar.

15h30 — Sessão Conjunta do Congresso Nacional

Pauta: promulgação da Emenda Constitucional nº 29/2000, que altera os artigos 34, 35, 156, 160, 167 e 168 da Constituição federal e o ato das disposições constitucionais transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. *Plenário do Senado*

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PDL nº 106/99, susta a Portaria do Ministério da Justiça nº 820/98, que declara de posse permanente dos índios a terra indígena Raposa Serra do Sol; PLS nº 12/2000, dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.608/98, que dispõe sobre serviço voluntário; PLS nº 11/2000, altera o inciso I do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43; emendas oferecidas em Plenário ao substitutivo do PLS nº 31/99, autoriza a criação dos conselhos federal e regionais de leiloeiros oficiais, dispõe sobre a regulamentação da profissão de leiloeiro público oficial; PLS nº 655/99, acrescenta o art. 456-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, para dispor sobre as relações de emprego beneficiadas por incentivos; PLS nº 123/99, que torna obrigatório o uso de dispositivo de segurança em tanques e recipientes de combustíveis líquidos e gasosos; PLC nº 17/2000, acrescenta parágrafo ao art. 22 da Lei nº 8.212/91, dispensando as instituições religiosas do recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre o valor pago aos ministros de confissão religiosa; e PLC nº 44/2000, acrescenta dispositivos à Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social e a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), institui a Tutela Jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público e define crimes. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLC nº 45/2000, altera a Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, e estabelece normas para a consolidação de atos normativos; PLC nº 47/2000, altera dispositivos da Lei nº 9.294/96, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas; PLC nº 48/2000, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins; PLC nº 49/2000, altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, para estabelecer os procedimentos, no âmbito da Justiça do Trabalho, de execução das contribuições devidas à Previdência Social; PLC nº 21/2000, altera o Decreto-Lei nº 2848/40 — Código Penal, a Lei nº 1.079/50, e o Decreto-Lei nº 201/97; PLS nº 683/99, regulamenta a prestação de informações ao Banco Central, para instrumentalização do Sistema de Risco de Crédito; PLC nº 52/97, regulamenta o inciso VI do art. 206 da Constituição federal, dispondo sobre a gestão democrática do ensino público. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h — Comissão Mista destinada a apreciar a MP nº 2.035-24, que dispõe sobre as operações com recursos dos fundos constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827/89.

Pauta: discussão e votação do relatório. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Mensagem nº 142/2000, que submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Luiz Henrique Pereira da Fonseca para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República da Finlândia; e Requerimento da senadora Emília Fernandes solicitando que sejam convidados os ministros da Defesa, das Relações Exteriores e de Segurança Institucional para prestarem esclarecimentos acerca do posicionamento do Brasil frente ao Plano Colômbia. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5*

ESPECIAL

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: *O último portal*, de Roman Polanski. *Auditório Patrônio Portella*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Substitutivo da Câmara ao PLS nº 297/91, que dá prioridade de atendimento à clientela que específica; PDL nº 10/2000, que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural Nossa Senhora de Lourdes de Maringá para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV) na cidade de Maringá (PR); PDL nº 14/2000, que aprova o ato que renova a concessão da TV Globo de Juiz de Fora para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV) na cidade de Juiz de Fora (MG); substitutivo ao PLS nº 54/99, que dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defeso; Requerimento nº 438/2000, do senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 325/99 e 94/2000, por regularem a mesma matéria; Requerimento nº 443/2000, do senador Roberto Requião, solicitando a tramitação conjunta do PLC nº 14/98, com o PLS nº 657/99, por regularem a mesma matéria; Requerimento nº 462/2000, do senador Bernardo Cabral, solicitando a tramitação conjunta das PECs nºs 21/95; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62 e 92, de 1999; e 1/2000, com a de nº 29/2000, por regularem a mesma matéria; e Requerimento nº 463/2000, da senadora Heloísa Helena, solicitando a tramitação conjunta dos PLC nºs 35 e 47, de 2000, com os PLSs nºs 63, 97, 159 e 453, de 1999; e 55/2000, por regularem a mesma matéria.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quinta-feira

9h30 — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: Mensagem nº 168/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Jefferson Kelman para exercer o cargo de diretor-presidente da Agência Nacional de Águas; Mensagem nº 169/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Águas; Mensagem nº 170/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Marcos Aurélio Vasconcelos de Freitas para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Águas; Mensagem nº 171/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Lauro Sérgio de Figueiredo para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Águas; Mensagem nº 172/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Ivo Brasil para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Águas, com mandato de quatro anos; PLS nº 27/96, que cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis (Pier); Diversos nº 38/99, que encaminha ao Senado cópia da Decisão nº 351/99, e dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre acompanhamento de procedimento licitatório para a concessão de áreas voltadas para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural; e Requerimento nº 14/2000, que cria a Subcomissão Permanente, destinada a apurar os vazamentos de óleo ocorridos no país. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

ESPECIAL

Quinta-feira

14h30 — Seminário Institucionalização de um Parlamento para o Mercosul

Palestrantes: professor de Ciência Política, David Zerge Fleischer; consultora legislativa do Senado, Maria Cláudia Drumond; diplomata do departamento de Integração Latino-Americana do Ministério das Relações Exteriores, Celso de Tarso Pereira; consultora da Organização dos Estados Americanos (OEA), Rosineth Monteiro Soares, e secretário-executivo da representação brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, Antonio Ferreira Costa Filho. *Anexo II, Plenário 8 da Câmara dos Deputados*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Votação sobre ações da Petrobras ficou para hoje

Com pareceres dos senadores Lúcio Alcântara (pela aprovação) e Edison Lobão (pela rejeição), proposta impede também a privatização do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, além da estatal do petróleo



O Plenário deverá decidir entre os pareceres das comissões de Justiça e de Assuntos Econômicos, que têm posições diferentes sobre a matéria

O Plenário do Senado examina hoje projeto do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que impede a venda das ações que garantem à União o controle acionário da Petrobras. O mesmo projeto proíbe a privatização da Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. A matéria estava na

pauta da sessão de ontem, mas a decisão foi adiada.

Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) foi favorável ao projeto. Referindo-se ao argumento do governo de que o Estado não tem condições de financiar a expansão e modernização de empresas desse porte, ele afirmou, em seu parecer, que o crescimento e modernização

da Petrobras prescindia da venda dessas ações e da sua privatização.

Na Comissão de Assuntos Econômicos, o senador Edison Lobão (PFL-MA) propôs, em seu parecer, a rejeição do projeto. Para ele, "a operação de compra e venda das ações excedentes da Petrobras reúne requisitos de segurança e ganho financeiro para a União e, conseqüentemente, para o povo brasileiro".

Senadores aprovam programa de controle do câncer de próstata

O Senado aprovou substitutivo a projeto de lei da Câmara instituindo o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata, a ser implementado a partir de novembro deste ano. Pelo projeto, o Poder Executivo é autorizado a assumir os encargos de promoção e coordenação do programa. A matéria ainda precisa ser votada na Câmara dos Deputados.

Pelo projeto, os encargos a se-

rem assumidos pelo Estado deverão incluir campanha institucional, com mensagens sobre o que é o câncer de próstata e suas formas de prevenção; parcerias com as secretarias estaduais e municipais de Saúde para colocar à disposição da população masculina, acima de 40 anos, exames para prevenção da doença; e parcerias com universidades, sociedades civis organizadas e sindicatos, para a realização de

debates e palestras sobre a doença e as formas de combatê-la e preveni-la.

O Ministério da Saúde deverá, ainda, promover o consenso entre especialistas nas áreas de planejamento em saúde, epidemiologia, urologia, oncologia clínica, radioterapia e cuidados paliativos sobre as formas de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer de próstata, em todos os seus estágios evolutivos.

Excedentes das Forças Armadas poderão ter serviço alternativo

O projeto da Câmara dos deputados que permite a auxiliares de saúde e defesa civil prestarem serviço voluntário nas polícias militares e corpos de bombeiros é uma das matérias em votação no Plenário do Senado hoje. A proposição prevê que homens entre 18 e 23 anos que excederem as necessidades de incorporação das Forças Armadas, assim como mulheres da mesma faixa etária, possam prestar o serviço mediante ajuda de custo não superior a dois salários mínimos, por um período máximo de dois anos.

A matéria tem pareceres favoráveis das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), ambos apresentados pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). Na mesma sessão, será votada mensagem do presidente da República submetendo à Casa o nome do diplo-



A proposta prevê que jovens de 18 a 23 anos que excederem as necessidades das Forças Armadas possam exercer serviço alternativo na PM e nos bombeiros

mata Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães para chefiar a embaixada do Brasil no México, posto que ele acumulará com a apresentação em Belize.

O Plenário delibera ainda sobre a indicação de Ricardo Luiz Viana de Carvalho para o cargo de embaixador do Brasil em Malauí, que

irá acumular com o de embaixador no Zimbábue, que já exerce. Também será examinada mensagem que indica o general-de-exército Expedito Hermes Rego Miranda para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM), na vaga decorrente da aposentadoria do ministro José Sampaio Maia.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 12 DE SETEMBRO DE 2000

1 Projeto de Lei do Senado nº 263, de 1999. Senador Álvaro Dias. Altera dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização. Resultado: Votação transferida para a sessão deliberativa ordinária de hoje.

2 Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1997 (nº 3.500/97, na Casa de origem). Institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata. Resultado: Encerrada a discussão, sem apresentação de emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado. À Câmara dos Deputados.

3 Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1996 (nº 3.098/97, naquela Casa). Ex-senador Odacir Soares. Restringe o uso de capuz em operações policiais. Resultado: Aprovado. À sanção.

4 Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 1999 (nº 56/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Paulista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paulista, estado de Pernambuco. Resultado: Aprovado. À promulgação.

5 Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2000 (nº 197/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga permissão à DMD Associados Assessoria e Propaganda Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Garças, estado de Mato Grosso. Resultado: Aprovado. À promulgação.

6 Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2000 (nº 221/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Novo Horizonte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibateguara, estado de Alagoas. Resultado: Aprovado. À promulgação.

7 Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2000 (nº 223/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga permissão à Chapadão Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Roque de Minas, estado de Minas Gerais. Resultado: Aprovado. À promulgação.

8 Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2000 (nº 255/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga permissão à Empresa Mutum de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Mutum, estado de Mato Grosso. Resultado: Aprovado. À promulgação.

9 Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2000 (nº 295/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio Educacional de Jataí para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jataí, estado de Goiás. Resultado: Aprovado. À promulgação.

10 Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 2000 (nº 332/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga concessão ao Sistema Matogrande de Rádio e Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Touros, estado do Rio Grande do Norte. Resultado: Aprovado. À promulgação.

11 Projeto de Lei do Senado nº 109, de 1995. Senador Pedro Simon. Dispõe sobre a outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Resultado: Lido e aprovado requerimento de adiamento da discussão da matéria, para exame da CI.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

CPI deverá investigar ação de ONGs na Amazônia

As assinaturas para que comissão parlamentar de inquérito seja instalada foram colhidas pelos senadores Bernardo Cabral e Mozarildo Cavalcanti

O Senado deverá instalar comissão parlamentar de inquérito para investigar a atuação de organizações não-governamentais (ONGs), sobretudo as que estão na Amazônia. Juntamente com o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) conseguiu 36 assinaturas para que seja criada a comissão. O presidente do Senado, Antonio Carlos Maga-



Bernardo Cabral apresentou os fatos a serem investigados

lhães, anunciou que o número de apoios é suficiente para instalá-la. Para requerer a CPI, Cabral apresentou alguns fatos, com documentação, para serem investigados. É o caso da ONG conhecida como Associação Amazônida, acusada de ter adquirido irregularmente área superior a 172 mil hectares de terras públicas no sul de Roraima. Deve ser investigada também a interferência de outras or-

ganizações nas questões indígena, ambiental e de segurança nacional.

A comissão deverá ter 11 membros titulares e sete suplentes. O prazo para apuração das denúncias será de 180 dias. Para o seu funcionamento, contará com R\$ 100 mil. O presidente do Senado anunciou que o requerimento de Cabral e Mozarildo será agora publicado para produzir os devidos efeitos. Anunciou ainda que fará oportunamente as designações dos integrantes da CPI, de acordo com as indicações das lideranças partidárias.

Morte de deputado goiano tem voto de pesar

A pedido dos senadores Iris Rezende (PMDB-GO), Maguito Vilela (PMDB-GO) e Albino Boaventura (PMDB-GO), o Senado aprovou voto de pesar pela morte do deputado estadual José Luciano da Fonseca. O parlamentar, que era professor, perdeu a vida em acidente automobilístico ocorrido na madrugada de 10 de setembro, em Goiás. O Plenário decidiu também enviar mensagem de condolências à família de José Luciano.

Aprovada restrição a uso de capuz em operações policiais

Os policiais civis e militares somente poderão usar capuz ou qualquer outro recurso que impeça sua identificação em operações especiais. O substitutivo oferecido pela Câmara a projeto do ex-senador Odacir Soares que prevê a restrição foi aprovado ontem pelo Senado. A matéria agora vai a sanção.

Conforme a proposta, a autoridade que determinar o uso de capuz ou qualquer outro meio impeditivo de identificação fundamentará por escrito a decisão. Deverá ser considerado o risco a que

se sujeitam os policiais e seus familiares na hipótese de serem identificados.

Antes da votação, o senador Romeu Tuma (PFL-SP), que relatou a proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), apelou ao Plenário para que aprovasse a matéria. Ele alertou para o fato do uso indiscriminado desse recurso, sem "a devida responsabilidade daqueles que deveriam assumi-la". Segundo o senador, "os policiais só poderão usar capuz quando forem realmente autorizados a isso", afirmou.

CI examinará projeto sobre concessões de rádio e TV

A pedido do senador Gerson Camata (PMDB-ES), o Plenário decidiu enviar para exame da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) destinado a aperfeiçoar os critérios para outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviços de rádio e TV.



Pedro Simon

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) apresentou requerimento para que a votação da matéria fosse adiada, solicitando prazo de 30 dias para a deliberação pelo Plenário. O pedido, entretanto, foi prejudicado devido à aprovação do requerimento de Gerson Camata.

O texto que será examinado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura obriga o Legislativo a exa-

minar todos os atos de outorga e renovação de concessões e permissões para o funcionamento de canais de rádio e televisão, inclusive os referentes aos serviços de TV por assinatura.

De acordo com substitutivo da ex-senadora Luzia Toledo aprovado na Comissão de Educação, a outorga e renovação deverão contemplar preferencialmente as seguintes entidades: emissoras sem fins lucrativos; as que se comprometerem a dedicar maior tempo à produção cultural; as que demonstrarem maior compromisso com os valores éticos e sociais da pessoa e da família; e as que oferecerem maiores facilidades de participação da população como sujeito do processo comunicativo.

Autorizado o funcionamento de seis novas emissoras

O Senado aprovou decretos legislativos outorgando concessão para o funcionamento das seguintes emissoras de rádio: DMD Associados Assessoria e Propaganda, de Barra do Garças (MT); Rádio Novo Horizonte, de Ibataguara (AL); Chapadão Radiodifusão, de São Roque de Minas (MG); Empresa Mutum de Comunicações, de Nova Mutum (MT); Fundação Rádio Educacional, de Jataí (GO); Sistema Motogrande de Rádio e Comunicação, de Touros (RN). Foi também aprovado decreto que renova a concessão para funcionamento da Rádio Paulista, de Paulista (PE).

TV Senado

Acompanhe, ao vivo, as transmissões das sessões plenárias do Senado, além das reuniões de comissões permanentes e especiais. Informe-se ainda sobre saúde, cultura e educação seguindo nossa programação.

política e muito mais



TV SENADO

CAS debate segurança na armazenagem de combustível

A Comissão de Assuntos Sociais reúne-se hoje, a partir das 9h, para analisar uma pauta de oito itens, entre os quais o projeto do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) que torna obrigatório o uso de dispositivo de segurança em tanques e recipientes de combustíveis líquidos e gasosos. Para o senador, é necessário que os recipientes contêm um material capaz de evitar a explosão decorrente de fonte externa de calor, comum na maioria dos países desenvolvidos.

Carlos Patrocínio lembrou que os depósitos de combustíveis serão equipados com supressores de explosão, como forma de diminuir os riscos de acidentes em aeroportos, quartéis, bases navais, postos de combustíveis e no armazenamento e transporte de produtos inflamáveis, bem como em botijões de gás. O relator da matéria, senador Luiz Pontes (PSDB-CE), é contrário à aprovação do projeto por entender que não existe um material capaz de evitar a explosão em toda e qualquer circunstância.

A CAS, presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), examina ainda projeto da ex-senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) que inclui as entidades de assistência à mulher



Patrocínio é autor do projeto que torna obrigatório dispositivo de segurança em tanques

nos serviços voluntários, desenvolvidos por organizações não-governamentais. A comissão também aprecia o projeto de decreto legislativo do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que susta portaria do Ministério da Justiça, declarando de posse permanente dos índios a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Na mesma reunião, a CAS vota 24 emendas de Plenário ao projeto do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que autoriza a criação dos conselhos federal e regionais de leiloeiros oficiais e regulamenta a profissão de leiloeiro. Encontra-se na pauta, também, projeto do Executivo que facilita a inserção de pessoas portadoras de deficiência física no mercado de trabalho.

Comissão mista examina MP dos fundos constitucionais

A Comissão Mista encarregada de apreciar a medida provisória que dispõe sobre as operações com recursos dos chamados fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste reúne-se hoje, a partir das 10h, para discutir e votar o relatório final. A MP foi reeditada no final de agosto e a comissão tem prazo até o próximo dia 25 para deliberar sobre a matéria.

Os fundos constitucionais foram criados em 1988 para serem aplicados em programas de financiamento nos setores produtivos das três regiões. A Constituição determina que a União é obrigada a destinar 3% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os referidos programas.

Foram criados, desta forma, o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e o Fun-

do Constitucional do Nordeste (FNE). Os recursos destinados pela União são para operações rurais que envolvem desde os miniprodutores, suas cooperativas e respectivas associações, até grandes produtores, com juros subsidiados.

A medida provisória, novamente reeditada, estabelece que os contratos de financiamento celebrados até 13 de janeiro de 2000 terão, caso haja interesse do mutuário, os respectivos encargos financeiros ajustados a partir de 14 de janeiro. Caberá aos bancos administradores dos fundos renegociar ou até mesmo prorrogar, de acordo com a MP, todas as dívidas dos produtores.

De acordo com o BNDES, em 1998 foram aplicados R\$ 365 milhões no FCO; R\$ 176 milhões no FNO e R\$ 801 milhões no FNE. No ano passado, foram repassados R\$ 286 milhões para o FCO, igual quantia para o FNO e R\$ 853 milhões para o FNE.

Emendas sobre precatórios e saúde serão promulgadas hoje

PEC define percentuais mínimos que União, estados e municípios deverão aplicar na manutenção do SUS. Sessão começa às 15h30

As Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados promulgam hoje, em sessão do Congresso marcada para as 15h30, duas emendas constitucionais: a que eleva os recursos a serem aplicados pela União, estados e municípios nos serviços de saúde e a que disciplina o pagamento de precatórios judiciais. As duas propostas foram aprovadas em dois turnos em cada Casa legislativa e a sessão de promulgação ocorrerá no Plenário do Senado.

De autoria do deputado Carlos Mosconi (PSDB-MG), a PEC da saúde estabelece que uma lei complementar definirá o percentual a ser aplicado no setor pela União, estados e municípios. Até a aprovação dessa lei, valerá uma disposição

constitucional transitória, segundo a qual a União será obrigada a investir em saúde, no ano 2000, 5% a mais do que em 1999. Entre 2001 e 2004, o valor aplicado no ano anterior deverá ser corrigido pelo percentual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). O PIB é a soma das riquezas produzidas pelo país em um ano.

Os estados e o Distrito Federal terão que aplicar em ações de saúde 12% da arrecadação dos impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), e 12% sobre os valores obtidos com a taxação das transmissões de bens herdados e doações de quaisquer bens ou direitos. Os municípios e o Distrito

Federal destinarão à saúde 15% da arrecadação dos impostos Predial e Territorial Urbano (IPTU), Serviços (ISS) e transmissão de bens (herança) *inter vivos*.

A outra emenda constitucional disciplina pagamentos obrigatórios definidos por decisão da Justiça, que devem, por precaução, ser incluídos no Orçamento do respectivo órgão do poder público para pagamento no ano seguinte. Por falta de recursos disponíveis, o poder público pode recorrer à emissão de títulos mobiliários para o pagamento desses precatórios. Somente serão pagos débitos provenientes de sentenças já transitadas em julgado, isto é, para as quais não há mais recurso judicial possível.

CCJ aprecia proposta que torna determinativo orçamento público

Com substitutivo favorável do senador Edison Lobão (PFL-MA), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprecia hoje, às 10h, proposta de emenda constitucional do senador Iris Rezende (PMDB-GO), assinada por mais 29 senadores, tornando determinativa a concepção do orçamento público, que atualmente é autorizativa.

— No passado recente, devido à instabilidade da nossa moeda e da própria economia, tornava-se irreal qualquer tentativa nesse sentido. Hoje, entretanto, a situação de estabilidade monetária do país permite e até mesmo exige que se caminhe com determinação no sentido de se atribuir força necessária à lei orçamentária anual — afirma Lobão ao analisar a matéria, à qual propõe introduzir mudanças através do substitutivo.

Além dessa proposta, a CCJ deve examinar uma pauta com mais 16 matérias. Entre essas, destaca-se o projeto de lei da Câmara dos Deputados que restringe a propaganda de cigarros, similares, bebidas alcoólicas, medicamentos e agrotóxicos. A matéria, que tramita em caráter de urgência, é relatada pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) e ainda será votada pelo Plenário.



Edison Lobão apresentou substitutivo ao projeto assinado por 30 senadores

A proibição de peças publicitárias que façam a associação dos produtos citados com a prática de esportes, olímpicos ou não, é o que o projeto propõe. Com essa medida, os autores da matéria pretendem contribuir para impedir que os jovens sejam persuadidos, através de publicidade enganosa, a se tornarem novos fumantes ou consumidores precoces de bebidas alcoólicas.

Esse projeto, que já está sendo discutido por vários setores da sociedade civil, também veda o uso de imagens de crianças ou adolescentes nas propagandas e a distribuição gratuita dos produtos em escolas ou pelo correio. A proposta foi encaminhada pelo Executivo à Câmara por iniciativa do ministro da Saúde, José Serra.

Cinco propostas serão votadas

em caráter terminativo pela CCJ. É o caso do projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que proíbe a expressão “boa aparência” nos anúncios de emprego. Para ele, o termo é discriminatório. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) é o relator e apresentou parecer favorável ao projeto.

Outra proposta, do senador Roberto Requião (PMDB-PR), altera o Regime Jurídico Único para regulamentar os critérios para a nomeação de parentes no serviço público. Ele propõe que a nomeação para cargo em comissão de cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau seja acompanhada por exposição de motivos e detalhes sobre a formação profissional do contratado.

Ainda devem ser analisados os seguintes projetos: o que cria a Fundação Universidade Federal do Tocantins, já aprovado ontem pela Comissão de Educação; o que regulamenta dispositivo constitucional que trata da gestão democrática do ensino público; o que cria programa de financiamento para profissionais médicos recém-formados das regiões Norte e Nordeste; e outro que institui normas para a fixação de tarifas a serem cobradas pelo serviço de água e de esgotos.

CE acolhe a criação de universidade federal no TO

O projeto de autoria do Executivo, que já recebeu o voto favorável da Câmara dos Deputados e será agora submetido ao Plenário do Senado, beneficiará especialmente os jovens tocantinenses que procuram outros estados para estudar

Os senadores da Comissão de Educação (CE) aprovaram por unanimidade parecer do senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) favorável ao projeto que autoriza o governo federal a instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins. A proposta, do Executivo e já aprovada na Câmara dos Deputados, tramita em regime de urgência e será agora votada em Plenário.

— Foram 11 anos de espera, de discriminação. A criação da universidade federal estabelecerá relação mais adequada entre a demanda pelo ensino superior e a correspondente oferta de vagas. A instituição trará, ao mesmo tempo, valioso impulso ao desenvolvimento social e econômico do estado — afirmou o relator, ao destacar que o Tocantins é a única unidade da Federação que não tem uma universidade federal.

Segundo Eduardo Siqueira Campos, a universidade não demandará grandes investimentos, pois o governo estadual doará à União o patrimônio da Universidade do Tocantins (Unitins). Na prática, disse o senador,

a criação da instituição será a federalização de uma universidade estadual, já em pleno funcionamento, com todos os seus bens.

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) afirmou que o estado tem visto sua juventude mudar-se para outros estados com o objetivo de cursar o terceiro grau. Em muitos casos, lembrou, os jovens não retornam, impedindo o Tocantins de beneficiar-se da contribuição dos novos profissionais.

— A criação da universidade federal vai fazer com que o Tocantins ocupe seu espaço em igualdade de condições com as demais unidades da Federação — declarou, ressaltando o trabalho do senador tocantinense Carlos Patrocínio (PFL) em favor da universidade.

O presidente da CE, senador Freitas Neto (PFL-PI), e o senador Pedro Simon (PMDB-RS) manifestaram-se satisfeitos com a aprovação da proposta. Os membros da comissão aplaudiram o resultado da votação e, em seguida, cumprimentaram os senadores do Tocantins.

Freitas Neto (D) durante o encontro com o reitor Fernando Rebelo



Reitor da Universidade de Coimbra visita comissão

O presidente da Comissão de Educação (CE), senador Freitas Neto (PFL-PI), recebeu ontem no plenário da comissão o reitor da Universidade de Coimbra, Fernando Rebelo. O dirigente da universidade portuguesa destacou a proximidade entre a instituição que dirige e o Brasil desde o descobrimento do país.

Segundo Rebelo, entre 1537 e 1911, 3 mil brasileiros frequentaram a Universidade de Coimbra, a mais antiga de Portugal e uma das primeiras da Europa, com 710 anos. Um dos alunos mais ilustres da universidade, informou, foi José

Bonifácio de Andrada e Silva, político influente no Império, conhecido como o Patriarca da Independência do Brasil.

A escola, disse o reitor, mantém 32 convênios assinados com universidades brasileiras e hoje é uma instituição “moderníssima, com ligações muito profundas com todo o mundo”. Os senadores Edison Lobão (PFL-MA), Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), Emilia Fernandes (PDT-RS), Leomar Quintanilha (PPB-TO) e Gilvam Borges (PMDB-AP) saudaram a presença do reitor e os outros integrantes da comitiva portuguesa.



Simon propôs debate sobre a programação das TVs



A senadora Emilia Fernandes é relatora da proposta

Audiência pública discutirá projeto que cria TV comunitária

A Comissão de Educação (CE) aprovou requerimento do senador Edison Lobão (PFL-MA) para que seja realizada audiência pública que irá discutir o projeto de lei, do senador Paulo Hartung (PPS-ES), que institui o serviço de televisão comunitária. Por solicitação do senador Pedro Simon (PMDB-RS), a audiência também debaterá a programação das emissoras de TV e o sistema de concessão dos serviços de radiodifusão de sons e imagens.

O presidente da comissão, senador Freitas Neto (PFL-PI), solicitou que Simon e Lobão, além da relatora da matéria, senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), indiquem os nomes dos convidados para o debate. Simon já adiantou que solicitará a presença dos ministros das Comunicações, Pimenta da Veiga, e da Justiça, José Gregori.

Emilia Fernandes considera oportuno o debate, pois, segundo disse, o Ministério da Justiça baixou recentemente portaria determinando a classificação dos programas de televisão, segundo o seu conteúdo, em horários próprios. Para a senadora, a medida é importante para diminuir a influência em crianças e jovens de

programas que exploram cenas de violência e sexo. O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) também elogiou a iniciativa do ministro, que “já estava cansado de esperar pelas propostas das emissoras”.

Presidente da Subcomissão de Rádio e TV, Simon esclareceu que já foi realizada reunião sobre as rádios comunitárias e sobre o conteúdo da programação, mas as grandes emissoras, representadas pela Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert), “deixaram o governo e a subcomissão falando sozinhos”.

Membro da subcomissão, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) acredita que é importante debater o processo de concessão de emissoras comunitárias. Segundo disse, existem cerca de 10 mil processos de concessão tramitando no Ministério das Comunicações, mas apenas 180 chegaram à Câmara dos Deputados. Com o apoio do senador Romeu Tuma (PFL-SP), ele sugeriu que o Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional criado em 1991, seja definitivamente instalado.

Eletrodomésticos podem ter instruções em braile

O projeto de lei do Senado determinando que manuais de instrução de eletrodomésticos sejam também publicados em braile está prestes a seguir para a Câmara dos Deputados. A Comissão de Educação (CE) aprovou, em caráter terminativo, substitutivo da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) a projeto do ex-senador Djalma Falcão com a proposta, e caso não haja recurso será dado como definitivamente aprovado pelo Senado.

O projeto determina que os fabricantes nacionais incluam as instruções em braile e que, no caso de aparelhos importados, os reven-

dedores anexem o manual nessa linguagem com as especificações e informações técnicas. Os produtos que não cumprirem as determinações da lei em 18 meses terão a comercialização proibida.

— O Brasil não se inclui entre os países que mais têm desenvolvido esforços com vistas à integração social das pessoas portadoras de deficiência. Em boa hora, o projeto de lei enseja proposta que contribuirá significativamente para proporcionar aos portadores de deficiência visual mecanismos que lhes permitirão romper as barreiras da exclusão social a que estão submetidos — disse.

Chico Mendes deve fazer parte do “Livro dos Heróis”

Em decisão terminativa, a Comissão de Educação (CE) aprovou projeto de lei da senadora Marina Silva (PT-AC) que determina a inscrição do nome de Chico Mendes no *Livro dos Heróis da Pátria*. Em exposição no Panteão da República Tancredo Neves, na Praça dos Três Poderes, em Brasília, a publicação tem apenas dois nomes inscritos até hoje: Tiradentes e Zumbi dos Palmares.

— Chico Mendes foi pioneiro na defesa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável do grande patrimônio nacional que é a Amazônia. Hoje, poucos ousam discordar da importância da preservação da floresta e de seu uso racional — afirmou o relator da matéria, senador Tião Viana (PT-AC).

Marina Silva relatou que Francisco Alves Mendes Filho, o Chico Mendes, foi responsável por colocar o Brasil no centro do debate internacional sobre meio ambiente. Segundo disse, a inscrição de seu nome no *Livro dos Heróis* pretende imortalizar um exemplo de atuação em favor da cidadania e do desenvolvimento sustentável.

— É indiscutível que entre os nomes brasileiros mais reconhecidos em todo o mundo se encontra o desse líder seringueiro. Assim, o país tem o dever de colocar na memória nacional o trabalho e a resistência dos povos da floresta — justificou Marina.

Na reunião de ontem, os senadores da CE também aprovaram, com base em relatório do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), projeto de lei do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que dá o nome do ex-deputado federal Sylvio Lofêgo Botelho ao trecho da rodovia BR-401 entre as cidades de Boa Vista e Bonfim, em Roraima. O homenageado foi governador substituto do estado e, segundo Jucá, teve atuação decisiva na integração de Roraima ao restante do país.



Marina: Chico Mendes foi pioneiro na defesa da Amazônia

CAE aprova inclusão de escolas no Simples

Já votado pela Câmara, o projeto acolhido pela comissão também estende o benefício a creches e pré-escolas. Foram estabelecidas, porém, alíquotas 50% superiores às cobradas atualmente das microempresas optantes do programa

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de lei da Câmara que inclui creches, pré-escolas e estabelecimentos de ensino fundamental entre os beneficiários do Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples). O projeto foi relatado favoravelmente na CAE pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP) e será votado pelo Plenário amanhã.

A matéria, que ainda será votada em Plenário, também aumenta em 50% os percentuais devidos sobre a receita bruta apurada por essas escolas. Assim, se o faturamento anual for de até R\$ 60 mil, o imposto a ser pago será de 4,5%. Para um faturamento entre R\$ 60 mil e R\$ 90 mil, o imposto devido será de 6%; e para uma receita bruta de R\$ 90 mil a R\$ 120 mil, esse pagamento deverá ser de 7,5%.

Diversos empresários da área educacional acompanharam a reunião da CAE e aplaudiram a



A CAE decidiu ainda reduzir a alíquota interestadual do ICMS sobre a farinha de trigo

aprovação do projeto. Os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Paulo Souto (PFL-BA) se abstiveram de votar. Dutra sugeriu que tramitem conjuntamente todos os projetos sobre o assunto que estão sob apreciação do Senado.

TRIGO

A CAE aprovou também projeto de resolução do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que diminui a alíquota interestadual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da farinha de trigo, de 12% para 7%. O relator substituído, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), afirmou que a medida trará pequeno impacto na arrecadação dos estados que compram o produto de outras unidades da Federação.

Osmar Dias lembrou que o país já plantou cinco vezes mais trigo do que planta atualmente, mas ressaltou que, se a atual produção apenas dobrar, serão gerados 400 mil empregos e uma renda adicional de US\$ 1 bilhão. A iniciativa do senador paranaense foi aplaudida pelos senadores José Alencar (PMDB-MG), Arlindo Porto (PTB-MG) e Roberto Requião (PMDB-PR). O senador José Fogaça (PMDB-RS) absteve-se de votar, enquanto Paulo Souto votou contrariamente. Segundo o representante da Bahia, a alteração não aumentará os ganhos do produtor nem reduzirá o preço ao consumidor, já que a alíquota interna do ICMS nos estados será mantida.

Autorizado crédito de US\$ 51 milhões para reforma agrária

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) também aprovou ontem parecer favorável à contratação de empréstimo de US\$ 51 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) destinado ao Programa de Consolidação e Emancipação de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária. A matéria será ainda votada em Plenário.

O relatório favorável, de Jonas Pinheiro (PFL-MT), informou que o dinheiro destina-se a investimentos em infraestrutura econômica e social em projetos de assentamentos realizados em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. A contrapartida nacional, a ser feita pela União e pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), será de US\$ 34 milhões.

Roberto Requião (PMDB-PR), que votou contra o projeto, afirmou que serão beneficiadas 18 mil famílias, quando apenas em seu estado desaparecem, por falta de assistência, 20 propriedades rurais por dia. Ele lembrou que o mesmo governo que pede empréstimo de US\$ 51 milhões para a reforma

agrária gastou R\$ 1,5 bilhão no socorro aos bancos Marka e FonteCindam.

A CAE aprovou ainda relatório de José Fogaça (PMDB-RS) determinando o arquivamento da menagem do Banco Central sobre a



Jonas: empréstimo permitirá investir nos assentamentos rurais

Requião considerou muito pequeno o valor do crédito

operação de troca de títulos do tipo *Brady* por títulos *Global*.

Segundo o relator, a troca possibilitará uma redução de US\$ 105 milhões no estoque da dívida; o ingresso de US\$ 126,9 milhões, resultante da liberação de garantias vinculadas; e um alívio de US\$ 44 milhões no pagamento da dívida ao longo dos próximos cinco anos. O relatório do BC visava apenas prestar informações, uma vez que a operação já fora autorizada pela Resolução do Senado nº 69, de 1996 – daí seu arquivamento.

Tribunal de Contas da União vai fazer inspeção no Banestado

Foi aprovado, na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), requerimento do senador Osmar Dias (PSDB-PR) solicitando inspeção do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditoria realizada pelo Banco Central (BC) no Banco do Estado do Paraná (Banestado). Outro requerimento do parlamentar aprovado pela comissão solicita a vinda da diretora de Fiscalização do BC, Tereza Grossi, para explicar operações sob suspeita realizadas pelo banco.

Osmar afirmou que foram gastos R\$ 5,1 bilhões no saneamento do Banestado, cuja privatização será feita pelo preço mínimo de R\$ 434 milhões. Ele defendeu a suspensão do leilão de privatização, marcado para 18 de outubro. E afirmou que a ação de mais de 30 empresas acusadas de desviar recursos do banco foi "tão ousada que lembra os filmes de Al Capone". Citou o desconto dado para as Indústrias Bonetti S/A, que alcança mais de 94% do

total de sua dívida para com o banco.

José Eduardo Dutra (PT-SE) disse que duas das empresas acusadas pertencem a sergipanos. A Construtora Habitacional, segundo ele, é do ex-governador do estado João Alves, enquanto a Transportadora Amorim é do genro deste. Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que essas empresas tinham como endereço fictício no Paraná a residência do deputado estadual Joaquim dos Santos Filho, pai de Osvaldo Magalhães, exonerado da direção do Banestado *Leasing* após as denúncias e depois nomeado secretário de Estado.

A CAE aprovou ainda requerimento de Osmar Dias solicitando uma conferência do ex-ministro e economista Celso Furtado na comissão. O pedido original foi de uma sessão de homenagem ao ex-ministro, mas foi transformado na realização da conferência. Todos os re-



Por solicitação do senador Osmar Dias, a CAE ouvirá...

...a diretora de Fiscalização do BC, Tereza Grossi

querimentos de Osmar Dias foram aprovados por unanimidade.

A comissão acatou ainda requerimento de Lúcio Alcântara (PSDB-CE) convidando representantes do Ministério da Fazenda, da Caixa Econômica Federal, do Banco Central e da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano para instruir o projeto do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que altera o índice de correção da prestação da casa própria. Alcântara também requereu, e a CAE aprovou, convite ao ministro da Justiça, José Gregori, para explicar a punição do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) a órgãos representativos dos médicos, sob a acusação de impor preços de honorários às empresas de seguro-saúde.

Conecte-se ao Senado em Tempo Real

Acompanhe as atividades do Senado, no momento em que estão acontecendo.

www.senado.gov.br

Comissão quer votar o Orçamento ainda este ano

Eleito relator da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, senador Amir Lando prevê que a proposta orçamentária para 2001 será apreciada pelo Congresso até 15 de dezembro

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização elegeu no início da noite de ontem sua nova mesa, encarregada de colocar em discussão e votação o Orçamento da União para 2001. O novo relator-geral é o senador Amir Lando (PMDB-RO). A presidência ficou com o deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), enquanto a 1ª vice-presidência coube ao senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). O deputado Pedro Chaves (PMDB-GO) foi eleito 2º vice e o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), 3º vice-presidente.

Amir Lando afirmou, em entrevista à imprensa, que o Orçamento de 2001 será votado pelo Congresso até 15 de dezembro, último dia de trabalho normal dos parlamentares, ao contrário de anos anteriores, quando a votação acabou entrando no exercício seguinte. "Vamos acelerar os trabalhos, mas sem descuidar do rigor e da transparência do Orça-

mento", disse.

O novo presidente, Alberto Goldman, anunciou que pretende propor mudança na resolução do Congresso que fixa as normas de funcionamento da Comissão de Orçamento, reduzindo algumas etapas na votação do projeto orçamentário. Isso viabilizaria sua votação ainda este ano. Ele destacou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias para este ano impede a liberação de verbas para pagamento de custeio nos meses de janeiro e fevereiro (duodécimos), caso o Orçamento não esteja votado pelo Congresso e sancionado pelo presidente da República. Agora, só podem ser liberados recursos para pagamento de pessoal e de dívidas.

A reunião foi dirigida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), que presidiu a Comissão de Orçamento nos últimos 12 meses. Vários parlamentares, da oposição



Nova mesa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização foi eleita ontem

e de partidos da base governista, elogiaram o trabalho de Gilberto Mestrinho na discussão e votação do Orçamento 2000, entre eles os deputados João Cóser (PT-ES) e Aécio Neves (MG), este líder do PSDB na Câmara.

Depois de lembrar que esta é a primeira vez no Congresso que

cabe ao PSDB a presidência da Comissão de Orçamento, Aécio Neves concordou com a idéia de se tornar obrigatório o cumprimento do projeto orçamentário, hoje de caráter apenas autorizativo. Por decisão dos líderes partidários em reunião com o presidente do Congresso, senador An-

tonio Carlos Magalhães, a comissão deverá discutir uma mudança na Constituição com essa finalidade. No momento, tramitam no Senado duas propostas de alteração constitucional com esse objetivo, de autoria do próprio Antonio Carlos e do senador José Alencar (PMDB-MG).

Brasil deve propor renegociação das dívidas, afirma Saturnino

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) propôs ao governo brasileiro que inclua na pauta da próxima reunião dos presidentes dos países da América do Sul a questão da renegociação das suas dívidas com o mercado financeiro internacional. Ele observou que o momento é favorável a uma tentativa de rediscussão dos compromissos financeiros dos países pobres com os seus credores.

— O Brasil poderá exercer sua liderança diante dos demais países da América do Sul propondo a renegociação geral dessas dívidas e mostrando que há alternativas para o desenvolvimento do continente — afirmou Roberto Saturnino. Ele acrescentou que algumas das nações credoras já demonstraram que aceitam uma revisão nos valores dos seus créditos.

Saturnino elogiou a decisão dos presidentes dos países sul-americanos de acelerar os projetos de integração física — através da construção de estradas — e econômica do continente. Na sua opinião, somente após a unificação do Mercosul (Paraguai, Uruguai, Argentina e Brasil) e do Pacto Andino (Bolívia, Colômbia, Equador,



Roberto Saturnino elogia o encontro dos presidentes sul-americanos

Peru e Venezuela) é que as nações da América do Sul poderão pensar em aderir ao Nafta, bloco econômico liderado pelos Estados Unidos.

Na avaliação do senador, a América do Sul assumiu uma postura consistente para afirmar seus interesses regionais. Para ele, se persistir a vontade dos países em acelerar a integração do continente, problemas como a dolarização formal da economia do Equador e a dolarização de fato da Argentina poderão ser resolvidos. "O encontro dos presidentes sul-americanos foi correto em todos os sentidos", analisou.

CCJ examinará projetos de financiamento público das campanhas eleitorais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá apreciar ainda este ano dois projetos de lei do Senado, tramitando em conjunto, que tratam do financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais. Caso sejam aprovados, fica eliminada a possibilidade de doações por empresas, como ocorre atualmente. Os autores são os senadores Sérgio Machado (PSDB-CE) e Pedro Simon (PMDB-RS).

As propostas prevêem a inclusão no Orçamento de verba específica destinada ao Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário) para financiar campanhas eleitorais. O cálculo terá como base o valor de R\$ 7 por eleitor alistado pela Justiça Eleitoral até 31 de dezembro do ano anterior à eleição. Os recursos serão distribuídos aos partidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Simon prevê em seu projeto a destinação de 1% das dotações orçamentárias para partidos com estatutos registrados no TSE e o restante para aqueles



Sérgio Machado afirma que financiamento público de campanhas eleitorais fortalecerá a democracia

que obtiveram a proporção de votos, estabelecida em lei específica, na última eleição para a Câmara dos Deputados. O projeto de Sérgio Machado estipula que os recursos serão distribuídos em sua totalidade aos partidos políticos com representação na Câmara dos Deputados.

Machado detalha na proposta os critérios de distribuição dos recursos entre as direções nacional e regionais dos partidos. Com isso, ele espera garantir que um mínimo de recursos chegue a todos os municípios, viabilizan-

do as diversas campanhas.

Os senadores querem assegurar com suas propostas igualdade de competição entre os candidatos e evitar irregularidades decorrentes de doações por empresas.

— Com o financiamento público, nós vamos dar igualdade, fortalecer a democracia e diminuir o risco de que os homens de bem e o Estado brasileiro tenham que pagar contas por facilidades criadas para financiar campanhas — justifica Sérgio Machado.

ACM encaminhará pedidos de quebra de sigilo

Presidente do Senado recebe apelo da líder do Bloco Oposição e decide enviar às autoridades competentes os requerimentos de informações apresentados na Subcomissão do Judiciário que aguardavam deliberação da Mesa

Agripino lamenta desfecho da Subcomissão do Judiciário

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador José Agripino (PFL-RN), disse considerar fundamental a continuidade da Subcomissão do Judiciário, que teria outros assuntos a analisar, e lamentou o seu desfecho.

O senador fez a afirmação depois de ouvir as manifestações dos líderes do governo, senador José Roberto Arruda (DF), em nome do PSDB, e do PFL, senador Hugo Napoleão (PI). Arruda informou que, depois de saber que o PMDB não indicaria o substituto de Renan Calheiros (AL) para ocupar a presidência da subcomissão, o PSDB se via na contingência de também não mais participar dela. Da mesma forma, o líder do PFL afirmou que não restava mais ao seu partido senão a retirada de seus membros.

Agripino destacou que não

havia recebido uma resposta oficial do líder do PMDB, Jader Barbalho (PA), sobre essa decisão, e que aguardava uma posição para poder dar continuidade aos trabalhos de investigação sobre a obra superfaturada do fórum trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Agripino explicou que a subcomissão é integrada por membros da CCJ e que ao presidente da comissão compete ouvir os líderes dos partidos na indicação dos seus representantes.

Ao final do debate sobre o assunto, a senadora Heloísa Helena (PT-AL), líder do Bloco Oposição, disse que a realidade é implacável. Ela observou que momentos antes os senadores governistas tentavam demonstrar a importância da subcomissão: "Agora, ela se desmantela sem maiores problemas", comentou.

Simon defende continuidade das investigações sobre o TRT-SP

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) fez um apelo ontem ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para que encaminhasse imediatamente ao Banco Central, à Receita Federal e a companhias telefônicas os requerimentos pedindo a quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge e de suas empresas. Os requerimentos foram apresentados à Subcomissão do Judiciário e remetidos à Mesa. Antonio Carlos prometeu tomar essa providência hoje.

Simon disse que a demora de 44 dias de Antonio Carlos para tomar uma decisão sobre a questão levou a imprensa a presumir que está havendo "um jogo de interesses entre o senador Jader Barbalho e o próprio presidente". Esse fato acabou levando à retirada da oposição e à renúncia do presidente da subcomissão, senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

O senador lamentou que, posteriormente, o PMDB, o PSDB e o PFL também tenham se retirado

da subcomissão, "implodindo-a". Argumentou que, mesmo assim, as investigações podem continuar, agora na Comissão de Fiscalização e Controle.

Antonio Carlos afirmou ter sido surpreendido pela renúncia de Calheiros da presidência e mais ainda pela decisão do PMDB, do PSDB e do PFL de, na prática, implodir a subcomissão, mas garantiu que encaminhará os requerimentos logo depois da reunião dos membros da Mesa, marcada para a manhã de hoje.

Em aparte, a líder do Bloco Oposição, Heloísa Helena (PT-AL), afirmou que a responsabilidade pela não identificação, até hoje, dos destinatários finais das verbas desviadas do TRT-SP é do Banco Central.

Também em aparte, o líder do governo, José Roberto Arruda (PSDB-DF), fez um apelo aos parlamentares da oposição para que participem dos trabalhos da Comissão de Fiscalização e Controle, mesmo que a comissão, por maioria, decida de maneira diversa do que deseja a oposição.

Em resposta a apelo feito em Plenário pela líder do Bloco Oposição, senadora Heloísa Helena (PT-AL), o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que vai encaminhar às autoridades competentes os requerimentos de informações apresentados pela oposição à Subcomissão do Judiciário e remetidos à Mesa. Os requerimentos solicitam a quebra de sigilo telefônico, bancário e fiscal do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira, de empresas com as quais está relacionado e de sua esposa, Lídice Coelho da Cunha Caldas.

— Vou deferir os requerimentos para as autoridades, elas é que vão dizer se fazem ou não — afirmou o senador.

O anúncio finalizou debate gerado por questão de ordem apresentada por Pedro Simon (PMDB-RS), em que o senador apelou por uma resposta de Antonio Carlos sobre os pedidos da oposição. Simon disse que não acompanhou a decisão de outros parlamentares de sair da subcomissão, na semana passada, porque aguardava a resposta do presidente do Senado. Ele comunicou que, se Antonio Carlos não desse resposta alguma ontem, como teria prometido, também se afastaria da subcomissão.

Antes da resposta a Heloísa Helena, o presidente do Senado relatou a Simon que, em entendimento com o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e



Antonio Carlos com José Agripino: requerimentos serão enviados às autoridades

Cidadania, José Agripino (PFL-RN), esperava resposta do líder do PMDB, Jader Barbalho (PA), sobre se havia ou não interesse dos peemedebistas em continuar os trabalhos da subcomissão. Diante disso, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ponderou que uma das razões que levaram a oposição a se retirar da subcomissão foi "o fato de, passado mais de mês da apresentação dos requerimentos, não ter havido decisão da Mesa".

Para Heloísa Helena, a saída da oposição não desmantelou a subcomissão, que poderia continuar deliberando, se o quisesse. À oposição, insistiu, interessava uma posição de Antonio Carlos Magalhães sobre os requerimentos e, depois, com as informações em mãos, decidir se serão analisadas pela subcomissão da CCJ ou pela Comissão de Fiscalização e Controle.

Já na opinião de Artur da Távola (PSDB-RJ), a subcomissão "em nenhum momento deixou de cumprir seu dever", e a saída da oposição não se deveu a um suposto fracasso nas investigações,

mas ao fato de supor-se como a única interessada na apuração. "A oposição quer que a maioria dos senadores aja como ela deseja, o que extrapola o bom senso", observou. Ele defendeu a continuidade dos trabalhos da subcomissão e solicitou ao líder do PMDB a indicação de novos integrantes do partido.

O comentário do senador do PSDB foi considerado injusto por José Eduardo Dutra (PT-SE). Ele observou que a oposição — com um único membro entre os sete que compõem a subcomissão — não pode ser culpada pelo fim dos trabalhos, e que continua defendendo uma CPI como o instrumento mais adequado para investigar as irregularidades detectadas pela CPI do Judiciário na construção do fórum trabalhista de São Paulo.

Como relator da subcomissão, o senador José Jorge (PFL-PE) esclareceu que ela foi criada para cuidar de questões referentes ao Judiciário, e que encaminhou à Mesa, sem analisar o mérito, requerimentos relativos ao TRT-SP e outros assuntos. Quanto às convocações de autoridades, a subcomissão decidiu que os nomes que não fossem ligados ao TRT-SP seriam delegados à Comissão de Fiscalização e Controle.

Para o senador Edison Lobão (PFL-MA), a boa vontade do presidente do Senado é que estaria gerando a possibilidade de os pedidos da oposição resultarem em quebra de sigilo. "Requerimentos de informação não têm poder de quebra de sigilo", disse.

Para Jader, decisão da Mesa resolveria impasse

Em entrevista concedida antes da decisão do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, o líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), defendeu a imediata reunião da Mesa do Senado para tratar dos pedidos de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico feitos pela Subcomissão do Judiciário. Este seria, na sua opinião, o melhor caminho para resolver o impasse criado após o abandono do colegiado pela oposição e pela renúncia do presidente da subcomissão, senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

— Há uma possibilidade de se recompor politicamente essa questão — disse Jader em entre-

vista, durante a qual afirmou que não indicaria, no momento, um substituto para Renan Calheiros. Para o senador, o impasse estará solucionado no momento em que a Mesa disser à subcomissão — que ele recordou ainda estar funcionando — se é ou não possível atender aos pedidos de quebra de sigilo. "Este é o caminho do bom senso", observou.

LANDO

Seguindo o caminho de Renan Calheiros e do representante do Bloco Oposição, senador Jeffer-



Jader defendia uma "recomposição política" da questão

son Péres (PDT-AM), o senador Amir Lando (PMDB-RO) anunciou ontem que deixará a Subcomissão do Judiciário, que vinha investigando o desvio de recursos públicos na construção do fórum trabalhista de São Paulo.

— A subcomissão não encontrou o caminho para levar adiante a investigação — afirmou Lando. Na sua opinião, o trabalho só poderia ter prosperado com maior sustentação política. "Precisávamos de mais apoio do Plenário", observou.

CAE aceita nome indicado para o Banco Central

Com 19 votos a favor e um em branco, é aprovada na comissão a indicação do economista Ilan Goldfajn para Diretoria de Política Econômica. Para ele, o BC deve agir como juiz de futebol: “Quanto menos for o centro de atenções, melhor”

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável à indicação do economista Ilan Goldfajn, professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, para o cargo de diretor de Política Econômica do Banco Central (BC). Após duas horas de debates, foram registrados 19 votos favoráveis à indicação e um em branco. A indicação ainda será apreciada pelo Plenário.

Goldfajn disse que pretende manter tanto a política de câmbio flutuante como o modelo de metas da inflação adotado há 15 meses pelo BC. Para ele, o Brasil pode estar ingressando em uma fase de crescimento econômico sustentado, associado à estabilidade.

— A perspectiva de estabilidade num país com amplas oportunidades tem gerado seu próprio círculo virtuoso, com aumento de investimento, juros reais menores, mais crédito e maior crescimento, sem ameaça à meta de inflação — observou Goldfajn, que comparou o papel do BC ao de um juiz de futebol. “Quanto menos for o centro das atenções, melhor”, disse.

Eduardo Suplicy (PT-SP) e José

Fogaça (PMDB-RS) demonstraram preocupação, durante a sabatina, com movimentos de países latino-americanos em direção à dolarização da economia. Goldfajn admitiu que, para economias menores e mais dependentes dos Estados Unidos, a dolarização pode ser viável. Mas não para o Brasil. “O regime de metas de inflação com câmbio flutuante tem se mostrado o melhor para o país”, afirmou.

Suplicy perguntou a Goldfajn sua opinião sobre o plebiscito a respeito do pagamento das dívidas interna e externa convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O professor disse ser contrário ao desrespeito aos contratos. “A ruptura não nos trouxe benefícios no passado”, observou.

Ricardo Santos (PSDB-ES) perguntou ao economista que perspectivas ele via para o crescimento econômico. Goldfajn defendeu o estímulo às exportações e previu que o país crescerá mais em 2001 e 2002 que neste ano. Em resposta a pergunta do senador Bello Parga (PFL-MA), acrescentou que os juros continuarão a cair e, com eles, a inadimplência no setor financeiro.



Na sabatina, Ilan Goldfajn disse que o país está entrando numa fase de crescimento econômico sustentado

Pedro Simon (PMDB-RS) questionou Goldfajn sobre artigo em que defendia a reforma tributária e a privatização. “A reforma tributária não sai porque o governo não quer”, afirmou Simon. O professor admitiu a existência de divergências sobre o tema e disse acreditar em uma solução para o futuro. Quanto às privatizações, previu que seus benefícios ainda serão sentidos pela população. Ao responder pergunta do senador Edison Lobão (PFL-MA), Goldfajn observou ainda que as privatizações tornarão as empresas brasileiras mais eficientes.

Fraga apresenta Goldfajn a ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na manhã de ontem o economista Ilan Goldfajn, indicado para a Diretoria de Política Econômica do Banco Central e que foi sabatinado no final da tarde pelos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos.

O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, fez questão de participar do encontro para apresen-

tar o diretor indicado para o BC a Antonio Carlos Magalhães.

Apesar de protocolar, a audiência durou mais de 45 minutos. O senador trocou impressões com o presidente do Banco Central e o novo diretor de Política Econômica a respeito das diretrizes e prioridades que devem orientar seu trabalho. Ilan Goldfajn também visitou as lideranças partidárias do Senado.

Comissão de Relações Exteriores acata indicações para embaixadas no exterior

Por unanimidade, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), aprovou mensagens presidenciais indicando os diplomatas Francisco de Paula de Almeida Nogueira Junqueira, para o cargo de embaixador junto à República Tcheca, e Elim Saturnino Ferreira Dutra, para a embaixada do Brasil na Suécia. A sabatina dos diplomatas e a votação ocorreram em sessão secreta. A aprovação final das indicações ainda depende de votação em Plenário.

Em breve exposição, Nogueira Junqueira disse aos senadores que a República Tcheca é um país pequeno, mas de grande expressão econômica devido ao alto grau de tecnologia e industrialização encontrados sobretudo nas áreas de armamentos, produção de equipamentos industriais, cristais e metalurgia, o que lhe permite movimentar um comércio exterior no montante de US\$ 5,5 bi-



Por unanimidade, os integrantes da CRE autorizaram as nomeações para as embaixadas brasileiras na Suécia e na República Tcheca

lhões. Para ele, é enorme o potencial de cooperação entre a República Tcheca e o Brasil, pois a relação comercial entre os dois países ainda é modesta, atingindo cerca de US\$ 60 milhões por ano.

Elim Dutra explicou que a política de neutralidade permitiu que a Suécia mantivesse intactos a infra-estrutura e o parque industrial durante as duas grandes guerras mundiais. Com isso, tornou-se um dos centros industriais mais modernos do mundo, es-

pecialmente nas áreas de mecânica de precisão, automotiva, química, papel e madeira. Ele disse que pretende, como embaixador, estimular o turismo sueco no Brasil e apoiar a política comercial de abertura a outros mercados, uma vez que a Suécia assumirá no próximo ano a presidência da União Européia. O diplomata acredita ser possível aumentar as exportações brasileiras para aquele país, que hoje estão em torno de US\$ 240 milhões anuais.

CRE discute a realização de debate sobre Plano Colômbia

Requerimento convidando autoridades para esclarecer a posição do Brasil frente ao Plano Colômbia é um dos itens da pauta da reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) que será realizada hoje, às 17h30. O plano vem sendo implantado naquele país, com o apoio dos Estados Unidos, para combater o tráfico de drogas.

De acordo com o requerimento, apresentado pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), o Senado deverá convidar, para prestar esclarecimentos sobre o assunto, os ministros da Defesa, Geraldo Magela da Cruz Quintão; das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia; e do Gabinete de Segurança Institucional, general

Alberto Mendes Cardoso. Para a senadora, é fundamental promover esse debate, em virtude da responsabilidade do Brasil em relação aos demais países da América Latina e dos riscos que o plano poderia ter para o continente e para a soberania nacional.

Na reunião, os senadores vão examinar ainda as indicações dos diplomatas Luiz Henrique Pereira da Fonseca, Armando Vitor Boisson Cardoso e Brian Michael Fraser Neele para os cargos de embaixadores do Brasil, respectivamente, na Finlândia, no Haiti e na Turquia.

Brian Fraser, indicado para representar o Brasil na Turquia, assumirá cumulativamente a embaixada do Azerbaijão.



Os ministros Geraldo Quintão e Alberto Mendes Cardoso podem ser convidados para falar sobre o plano de combate ao narcotráfico no país vizinho

Ademir critica propostas sem garantia de recurso

Segundo o senador, o governo anunciou o aumento das despesas orçamentárias em 2001 com políticas sociais sem ter certeza de que terá o dinheiro necessário. Por agir assim, disse, programas para este ano não vêm sendo implementados



Ademir: investimentos previstos dependem inclusive de PEC ainda não aprovada

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 – *Debate* – Senadora Emilia Fernandes e a coordenadora de projetos transdisciplinares da Unesco, Marlova Jovchelovitch Noletto, falam sobre a cultura da paz
7h30 – *Entrevista* – Senador Alberto Silva fala sobre o desenvolvimento e o desemprego
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – 500 anos – Dos grilhões ao quilombo
9h – Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)
Logo após – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
15h30 – Sessão Conjunta do Congresso Nacional (ao vivo)
Logo após – Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após – Comissão Mista da Medida Provisória dos Fundos Constitucionais
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – Comissão de Relações Exteriores
Logo após – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
9h – Comissão de Assuntos Sociais
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (vivo)
15h30 – Sessão do Congresso Nacional
Em seguida – Sessão Plenária
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou a proposta anunciada pelo governo de ampliar para R\$ 9,5 bilhões a despesa no Orçamento Geral da União para 2001 com políticas sociais sem que esteja previsto remanejamento de recursos de outras áreas. Na avaliação do senador, o Executivo está contando com fontes incertas e o aumento de impostos e da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Após analisar a proposta de Orçamento encaminhada ao Congresso, Ademir concluiu que os investimentos em educação, saúde, habitação e assistência social vão depender do aumento da alíquota da CPMF de 0,30% para 0,38% e da elevação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente em algumas mercadorias. As mudanças, segundo previsões do próprio governo, devem proporcionar ganho de R\$ 3,7 bilhões e destinar-se ao Fundo de Combate à Pobreza. Ademir lembrou, entretanto, que o fundo depende de emenda constitucional aprovada pelo Senado, mas ainda em tramitação na Câmara

dos Deputados.

O senador lamentou também que o governo esteja anunciando recursos da ordem de R\$ 6,5 bilhões para o setor social resultantes da Parcela de Preço Específico, conhecida anteriormente como conta-petróleo, mesmo tratando-se de fonte incerta. A Petrobras repassa esses recursos ao Tesouro com base na diferença entre os preços externo e interno do petróleo. O senador relatou que, para 2000, a projeção inicial era de uma receita de R\$ 33,5 bilhões, e a evolução dos preços internacionais reduziu o montante para “modestos R\$ 800 milhões”.

– Para financiar um aumento dos gastos sociais na ordem de 15%, como está sendo dito, o governo dependerá de uma alteração constitucional e da evolução dos preços do petróleo. É, na verdade, uma intenção que depende de vários fatores, inclusive alheios à nossa política interna – disse o senador.

Ademir afirmou que “prever gasto sem estar assegurada sequer a fonte do recurso é apenas um lado da questão”, comentando a execução do Orça-

mento de 2000. Para este ano, o governo fez estimativas de investir R\$ 1,4 bilhão em saneamento básico e projetos hospitalares, mas, disse o senador, até o mês de agosto, dos 982 projetos previstos, apenas 12 vinham sendo realizados. Dos 754 programas de saneamento, somente 23 estão sendo implementados, com recursos alocados que não chegam a 1,43% do inicialmente previsto. Ele considerou grave também a situação referente a doenças infecto-contagiosas. Para o combate ao mal de Chagas foram autorizados investimentos de R\$ 59,3 milhões, mas apenas R\$ 1,1 milhão foi aplicado até agosto. Para erradicação do mosquito transmissor da dengue e febre amarela estavam previstos R\$ 6,1 milhões, mas apenas R\$ 9,7 mil chegaram a ser liberados, ou seja 0,16% do total.

– Essas reflexões baseadas em dados concretos e oficiais são necessárias para esclarecer à população quanto às promessas de aumentar os gastos com as políticas sociais propagandeadas pelo governo – afirmou.

Senador contesta dados sobre trabalho infantil

Os dados divulgados pelo governo federal sobre a redução na exploração do trabalho infantil no país foram contestados pelo senador Ademir Andrade. Ele citou como exemplo o seu estado, o Pará, onde cerca de 87 mil crianças ainda são utilizadas no trabalho, ressaltando que, apesar de a propaganda institucional do governo divulgar que há diminuição nos números, “são visíveis a violência e o descaso contra os menores”. Ademir Andrade acusou o governo de não tomar nenhuma medida eficaz para garantir os direitos das crianças e dos adolescentes brasileiros, o que, na sua opinião, gera “uma população de indigentes”. O senador acrescentou que hoje no Brasil, segundo dados

fornecidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), 3,2 milhões de crianças, com idade entre 10 e 14 anos, desenvolvem algum tipo de atividade, o que corresponde a 16,09% do universo infantil. “Isso representa um dos piores índices, superado apenas pelo Haiti, com 25,3%, e a Guatemala, com 16,22%”, disse. O parlamentar afirmou que existe no país “evidente contradição” entre a riqueza e a miséria, evidenciada sobretudo após a reunião de todos os presidentes de países da América do Sul, quando o Brasil se sobressaiu como líder “face à força de sua economia”. Os indicadores socioeconômicos acerca do trabalho infantil no Brasil, disse, revelam que “o país está numa péssima situação” em relação aos demais integrantes do

Mercosul, uma vez que na Argentina 4,53% das crianças entre 10 e 14 anos trabalham; no Paraguai, 7,87%; e no Uruguai, 2,08%. “O Brasil continua sendo um país de grandes contradições e concentração de renda”, afirmou.

De acordo com Ademir Andrade, a condição econômica miserável, o desemprego dos pais e a falta de oportunidade estão entre os principais motivos que levam crianças a submeterem-se ao trabalho desqualificado e sem proteção para o futuro. Segundo disse, é inadmissível que menores estejam desperdiçando a infância no trabalho, tendo em vista “o fundamental papel que a escola deve desenvolver na formação das crianças”.

HOMENAGEM A MÁRCIA KUBITSCHK

O Senado dedicou a Hora do Expediente da sessão de ontem a homenagear a filha do ex-presidente Juscelino Kubitschek, a ex-deputada e ex-vice-governadora do Distrito Federal Márcia Kubitschek, falecida em agosto. Ao abrir a sessão, o presidente Antonio Carlos Magalhães chamou para compor a Mesa a outra filha de JK, Maristela, e uma das netas do ex-presidente, Ana

Christina. No Plenário, ocupado, além dos senadores, por convidados e amigos da família, estavam duas outras netas de Juscelino (Júlia e Alejandra) e o ministro da Agricultura, Pratini de Moraes. O presidente do Senado propôs a criação de uma comissão para preparar os festejos do centenário de nascimento de JK. Foi lançada a nova edição do livro autobiográfico de Juscelino, *Por que construí Brasília*.

MAGUITO VILELA

"Ações de JK fizeram com que o brasileiro recuperasse a confiança em si mesmo"



Ao discursar em homenagem a Márcia Kubitschek, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) lembrou a postura do pai da ex-deputada, o presidente Juscelino

Kubitschek, que enfrentou as exigências do Fundo Monetário Internacional, fazendo opção clara pelo desenvolvimento. "Sem querer criticar os atuais gestores do país, não tenho dúvidas de que posicionamento semelhante faz-se urgente hoje", afirmou.

Maguito disse que os índices de crescimento do país nos tempos de JK foram expressivos. Frisou que a decisão de construir Brasília alcançou os objetivos, levando o desenvolvimento ao interior, com novas estradas e ampliação das fronteiras agrícolas. Observou ainda que até a própria construção da cidade trouxe benefícios, com a geração de milhares de empregos.

Maguito Vilela salientou que "as ações de Juscelino fizeram com que o brasileiro recuperasse a confiança em si mesmo e a crença no potencial do Brasil", com desdobramentos positivos na cultura, no esporte e no comportamento da população.

FOTO

Maguito entregou ao presidente Antonio Carlos Magalhães, para ser conservada nas dependências do Senado, uma foto emoldurada do comício de Juscelino Kubitschek em Jataí (GO), em que pela primeira vez ele falou sobre a intenção de construir Brasília para ser a nova capital do Brasil.

A foto mostra o momento em que um morador da cidade, apelidado "Tuniquinho", perguntou a Juscelino, então candidato à Presidência da República, sobre sua promessa de cumprir integralmente a Constituição. Diante da garantia de JK, Tuniquinho lembrou que um dispositivo da Carta previa a construção de uma nova capital, nas terras de Goiás. Esse compromisso de campanha foi o embrião da decisão de JK de construir Brasília.

Tuniquinho também participou, ontem, da homenagem do Senado à filha de JK, Márcia, recentemente falecida.

PEDRO SIMON

"Trabalho como deputada constituinte merece respeito e admiração"



Os 98 anos do nascimento de Juscelino Kubitschek levaram o senador Pedro Simon (PMDB-RS) a afirmar que falta ao Brasil atual a disposição política de conclamar a todos para que dêem o melhor de si "para o Brasil ocupar seu lugar". Foi esse espírito de JK, na opinião do senador, que sacudiu o país, elevando-o a um novo patamar de crescimento.

Afinal, perguntou Simon, por que antes tudo andava, crescia, e hoje, com o país muito mais rico do que no período de JK, "tudo vai para baixo?" Além disso, o crescimento econômico registrado na década de 50 não era previsível, enquanto "hoje é o contrário, o mundo todo vê que a hora é do Brasil", comparou.

O sofrimento imposto à família de Juscelino, cassado pelo regime militar e impedido de concorrer às eleições de 1965, não impossibilitou a volta ao Brasil de Márcia Kubitschek, homenageada pelo Senado, registrou Simon. "Voltou por seu sentimento de pátria, de Brasil. Voltou e acompanhou a redemocratização do Brasil e participou da Constituinte como deputada, onde realizou trabalho que merece respeito e admiração."

IRIS REZENDE

"Ex-deputada foi uma pregadora incessante da esperança"



O senador Iris Rezende (PMDB-GO) destacou a formação humanitária de Márcia Kubitschek, que, em conjunto com os valores e dons herdados de seu pai, o ex-presidente Juscelino, marcaram a vida pública da ex-deputada federal por Brasília.

— A retidão de caráter, a integridade, a pureza de ideais projetaram a filha de Jus-

celino como autoridade respeitada por todos, independente de questões partidárias. Márcia foi uma unanimidade, soube cultivar a admiração de todos com sua sólida personalidade, com sua transparência, com seus atos singelos, que sempre se faziam grandiosos — afirmou Iris.

Como o pai, disse o senador, Márcia foi uma pessoa muito especial, marcante e plena em seu amor pelo Brasil. A paixão pela política era natural nela, acrescentou, e se traduziu em gestos e ações.

— Mulher corajosa, de princípios autênticos, não carregou em nenhum momento a mágoa em face da violência a que sua família foi submetida nos tempos negros do autoritarismo. Procurou viver a sua época sem ressentimentos. Mais do que isso, foi uma pregadora incessante da esperança — destacou.

JOSÉ ROBERTO ARRUDA

"Lealdade, honestidade de propósito e firmeza de caráter são traços da família"

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) considerou a homenagem póstuma prestada pelo Senado à ex-vice-governadora do Distrito Federal e ex-deputada federal Márcia Kubitschek como o início das comemorações do centenário do nascimento do seu pai, o ex-presidente Juscelino Kubitschek. Ontem, JK estaria completando 98 anos de idade.

Ao homenagear Márcia Kubitschek, Arruda lembrou a ocasião em que ela foi convidada para integrar a chapa de Fernando Collor de Mello como candidata a vice-presidente da República. "Ela recusou explicando que já havia assumido compromisso, ao lado de sua mãe, Sarah Kubitschek, com o então candidato Ulysses Guimarães, em virtude das relações de amizade de JK com ele", afirmou.

O comportamento de Márcia diante do convite do então candidato Collor, na avaliação de Arruda, mostra traços comuns em toda a família Kubitschek: "a lealdade, a honestidade de propósito e a firmeza de caráter". Márcia, disse o senador, honrou a trajetória de Juscelino através dos seus ideais e da visão de um Brasil grande.

ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

"Juscelino era um homem por inteiro, sem ódio, sem ressentimentos"



Ao discursar em homenagem à memória da ex-deputada Márcia Kubitschek, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, propôs que a Casa, a Presidência da República, os governos do Distrito Federal, de Minas Gerais, de Goiás e da Bahia, entre outros estados, comecem a pensar na criação de uma comissão para preparar as comemorações do centenário de Juscelino Kubitschek, "uma grande figura deste país".

— A memória de Juscelino tem que ficar sempre acesa. Com ele, pode-se dizer o que João Mangabeira disse de Rui Barbosa: "Salve o sol, e o sol de Juscelino continua a iluminar o país" — acrescentou.

Antonio Carlos destacou a importância do papel político desempenhado por Márcia Kubitschek, que além de deputada foi vice-governadora do Distrito Federal, e lembrou con-

vite "extremamente honroso" que recebeu para participar de um almoço simples de família em comemoração ao aniversário de 18 anos de Márcia, no Palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro.

O senador recordou seus laços de amizade com o ex-presidente, com o qual chegou a trocar correspondência intensa durante anos, dizendo que muitas vezes tem vontade de publicar essas cartas e que talvez um dia o faça. Juscelino sofreu injustiças, "mas era um homem por inteiro, sem ódio, sem ressentimentos, que realizava sem fazer demagogia", disse Antonio Carlos.

— Ele realmente governou este país 50 anos em cinco, e foi o único que conseguiu essa preza na história da República — salientou.

Antonio Carlos relembrou ainda o fato de Juscelino tê-lo defendido de críticas, quando de sua nomeação para a presidência da Eletrobrás, 48 horas antes do acidente que vitimou o ex-presidente. Ele apontou a presença no Plenário de vários amigos de Márcia Kubitschek e colaboradores de JK, como Olavo Drummond, Afonso Heliodoro, Vera Brandt, Aloísio Napoleão e Carlos Murilo, e disse ter atendido a um pedido das filhas de Juscelino, Márcia e Maristela — presente à sessão —, ao promover o relançamento do livro *Por que construí Brasília*, de autoria do ex-presidente.

Senado reedita livro do ex-presidente sobre Brasília

Mais de 400 exemplares do livro *Por que construí Brasília*, de autoria de Juscelino Kubitschek, foram distribuídos durante a homenagem à ex-deputada Márcia Kubitschek, filha do ex-presidente.

Publicada pelo Senado, a nova edição da obra de JK conta com uma apresentação do senador Antonio Carlos Magalhães, presidente do Senado, e com outra

de Márcia Kubitschek. De acordo com Antonio Carlos, Juscelino foi o grande responsável pela industrialização brasileira e mudou a face da nação. Na apresentação, Márcia disse, então, que JK cumpriu seu dever de pai e de homem público.

Em seu livro, de 477 páginas, JK relata, em detalhes, todo o processo de construção de Brasília.



Antonio Carlos Magalhães, ladeado pelo deputado Paulo Octávio, conversa com Alejandra, neta de JK